



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

Aproveitar as oportunidades resultantes da promoção da governação electrónica para reforçar a participação dos cidadãos

Recentemente, a Assembleia Legislativa aprovou, na generalidade, a proposta de lei intitulada “Governação electrónica”, o que constitui, sem dúvida, um grande contributo para a promoção do Governo electrónico da RAEM e disponibiliza os fundamentos legais respectivos, esperando-se que a referida proposta possa ser aperfeiçoada, através das discussões na especialidade. Esta proposta de lei dá mais importância à optimização dos procedimentos administrativos e à elevação da eficácia administrativa, através da governação electrónica. Na realidade, o reforço gradual da governação electrónica no aspecto da autenticação electrónica da identidade dos cidadãos, e o aperfeiçoamento e a generalização da estratégia “uma página unificada e uma conta única” disponibilizaram já uma base para a participação mais abrangente e eficiente por parte dos cidadãos.

Já em 2003, na Pesquisa sobre governo electrónico, realizada pelas Nações Unidas, foi aditada uma avaliação sobre a “participação electrónica” (*e-participation*), isto é, através de meios informáticos, disponibilizar aos cidadãos a participação na tomada de decisões sobre vários aspectos, incluindo a divulgação de informações electrónicas (*e-information*), a consulta pública electrónica (*e-consultation*) e a tomada de decisão electrónica (*e-decision-making*), entre outros. Tomando como referência as experiências de vários países, este tipo de participação electrónica já foi implementada há vários anos. O Parlamento da Escócia do Reino Unido abriu, em 2000, o serviço de “petição electrónica” (*e-petition*), para que os cidadãos possam apresentar, na internet, as suas petições e opiniões, o que pode influenciar o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

parlamento e promover a tomada de decisões.

Consoante as variadas situações dos diferentes locais, a consulta pública electrónica pode ter mais formas diversas, fazendo com que o Governo possa compreender, de forma mais rápida e precisa, a opinião pública, e que, a longo prazo, seja muito vantajoso para promover a participação dos cidadãos e melhorar a comunicação entre estes e o Governo. Por exemplo, actualmente, o “IAM em contacto” do Instituto para os Assuntos Municipais é uma plataforma electrónica em que se pode apresentar mais directamente as opiniões, mas, quanto à implementação a longo prazo do Governo electrónico, de facto, o Governo pode fazer mais. Por exemplo, no planeamento das instalações públicas (tais como bibliotecas, instalações desportivas, culturais e recreativas, etc.), o Governo pode reforçar os respectivos trabalhos de consulta pública electrónica, para recolher amplamente as opiniões dos cidadãos e conhecer as suas opiniões sobre os diferentes planos ou projectos, o que pode servir de referência para a tomada de decisões importantes, a fim de tornar mais fundadas e convincentes as acções governativas.

Na discussão na generalidade da proposta de lei intitulada “Governação electrónica”, questionei a Secretária para a Administração e Justiça sobre o reforço da participação electrónica dos cidadãos, e a Secretária respondeu expressamente que, neste momento, não havia problema para o efeito, em termos técnicos, e que o ponto fulcral residia em saber como é que a lei devia ser definida. Assim, o Governo deve rever as condições existentes, aproveitar as oportunidades de promoção da governação electrónica para reforçar a participação electrónica dos cidadãos, e aperfeiçoar a comunicação entre estes e o Governo, com vista à implementação de uma boa governação.

Assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A participação electrónica dos cidadãos é benéfica para a

2

IE-2019-10-18-Lam Lok Fong (P) NC-MMC



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

compreensão da opinião pública e o reforço da comunicação entre o Governo e a população, o que ajuda a melhor implementar as políticas. O Governo deve considerar reforçar, no planeamento da governação electrónica, a participação electrónica dos cidadãos, e criar mais plataformas e meios electrónicos para a recolha de opiniões do público, o que pode servir de indicadores de referência para as acções governativas. Vai fazê-lo?

2. Durante a discussão na generalidade da proposta de lei intitulada “Governação electrónica”, a Secretária para a Administração e Justiça respondeu que, em termos técnicos, não havia problema para a recolha de opiniões através de meios electrónicos, e que o ponto fulcral residia nos problemas jurídicos. O Governo deve considerar criar, no futuro, as leis e os regulamentos respectivos, para reforçar a participação electrónica. Vai fazê-lo?

18 de Outubro de 2019

**A Deputada à Assembleia Legislativa da Região
Administrativa Especial de Macau,
Lam lok Fong**